

Earnings Release

2T22 / 6M22

Enel Distribuição São Paulo

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

26 de julho de 2022

Relações com Investidores

<http://ri.eneldistribuicaosp.com.br/> | brasil.investorrelations@enel.com

São Paulo, 26 de julho de 2022 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do segundo trimestre (“2T22”) e do primeiro semestre (“6M22”) de 2022. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1

DESTAQUES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%
Receita Bruta (R\$ mil)	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%
Receita Líquida (R\$ mil)	4.294.149	4.311.189	-0,4%	4.567.263	-6,0%	8.861.412	8.643.642	2,5%
EBITDA (R\$ mil)	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%
Margem EBITDA (%)	18,8%	15,6%	3,2 p.p.	22,0%	-3,2 p.p.	20,5%	14,6%	5,9 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	21,1%	17,0%	4 p.p.	23,6%	-2,5 p.p.	22,4%	15,7%	6,7 p.p.
EBIT (R\$ mil)	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
Margem EBIT (%)	14,4%	11,9%	2,5 p.p.	18,1%	-3,7 p.p.	16,3%	10,8%	5,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
Margem Líquida (%)	6,2%	4,9%	1,3 p.p.	7,2%	-13,8%	6,7%	4,0%	2,7 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	6,9%	5,3%	1,6 p.p.	7,7%	-10,0%	7,3%	4,3%	3 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	460.994	364.391	26,5%	356.555	29,3%	817.550	617.432	32,4%
DEC - horas (12 meses)	6,77	7,25	-6,6%	6,72	0,7%	6,77	7,25	-6,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,49	3,86	-9,6%	3,49	-0,1%	3,49	3,86	-9,6%
Índice de Arrecadação (YTD)	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.	100,09%	-0,8 p.p.	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.	10,50%	0 p.p.	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.610.048	7.493.420	1,6%	7.596.880	0,2%	7.610.048	7.493.420	1,6%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	4.236	4.735	-10,5%	4.372	-3,1%	4.236	4.735	-10,5%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	611	301	102,9%	610	0,2%	1.213	606	>100,0%
PMSO (5) /Consumidor	79,0	60,3	31,7%	75,1	5,3%	154,0	151,6	1,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	446	221	101,6%	451	-1,1%	446	221	101,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17.078	33.946	-49,7%	16.848	1,4%	17.078	33.946	-49,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

2

PERFIL CORPORATIVO

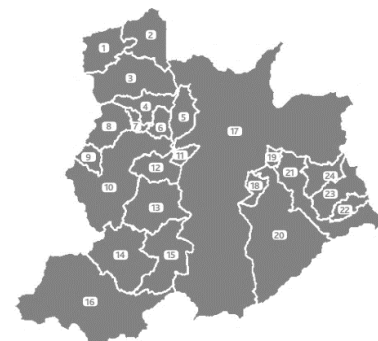
Área de Concessão

DADOS GERAIS

	2T22	2T21	Var. %
Área de Concessão (Km ²)	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.358.448	18.170.745	1,0%
Consumidores (Unid.)	7.610.048	7.493.420	1,6%
Linhas de Distribuição (Km)	42.379	42.257	0,3%
Linhas de Transmissão (Km)	1.838	1.836	0,1%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	41.036	40.915	0,3%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,75%	8,61%	0,1 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,20%	8,37%	-0,2 p.p.

(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial
(2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADDEE
(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá

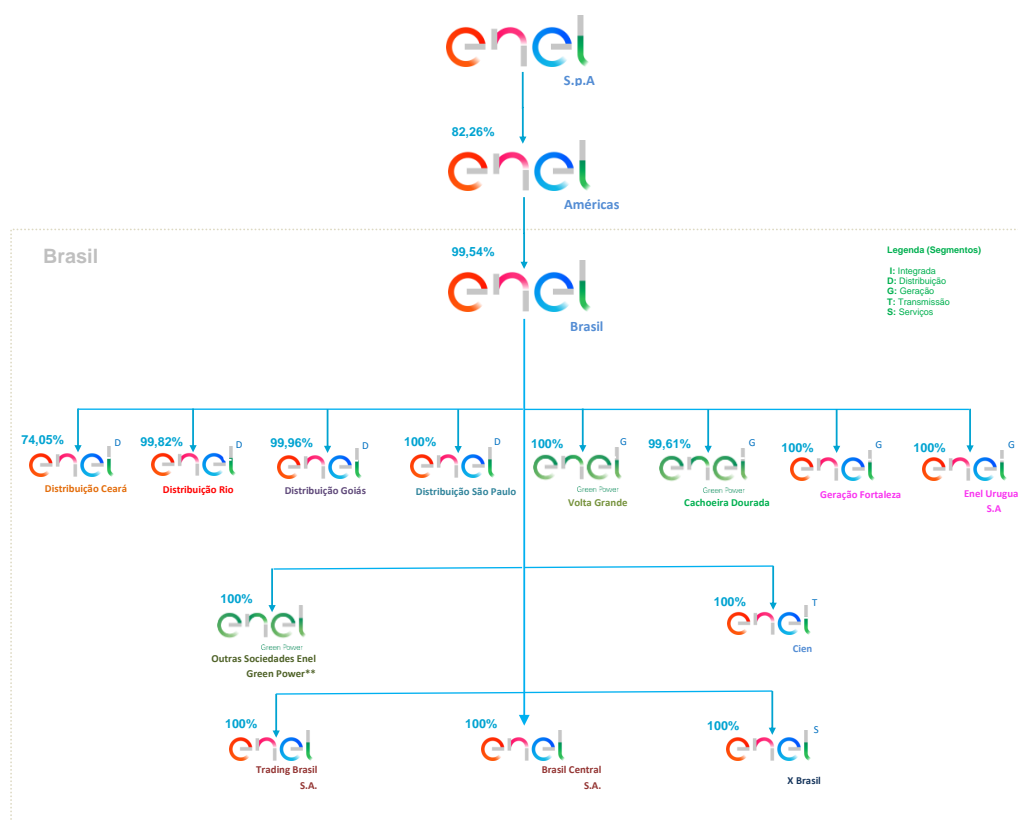


A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com 1.681 unidades consumidoras faturadas por km².

Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%



DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

Mercado de Energia

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Mercado Cativo	7.607.149	7.490.855	1,6%	7.593.951	0,2%	7.607.149	7.490.855	1,6%
Residencial	7.161.031	7.043.715	1,7%	7.143.592	0,2%	7.161.031	7.043.715	1,7%
Industrial	24.225	24.932	-2,8%	24.725	-2,0%	24.225	24.932	-2,8%
Comercial	402.070	402.144	0,0%	405.555	-0,9%	402.070	402.144	0,0%
Rural	539	575	-6,3%	556	-3,1%	539	575	-6,3%
Setor Público	19.284	19.489	-1,1%	19.523	-1,2%	19.284	19.489	-1,1%
Clientes Livres	2.899	2.565	13,0%	2.929	-1,0%	2.899	2.565	13,0%
Industrial	674	600	12,3%	656	2,7%	674	600	12,3%
Comercial	2.164	1.906	13,5%	2.213	-2,2%	2.164	1.906	13,5%
Setor Público	54	52	3,8%	53	1,9%	54	52	3,8%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.610.048	7.493.420	1,6%	7.596.880	0,2%	7.610.048	7.493.420	1,6%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A Companhia encerrou o 2T22 com um aumento de 1,6%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao 2T21. Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, com aumento de 13,5% e 12,3%, respectivamente, reflexo da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Venda de Energia na Área de Concessão¹

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 2T22 em 10.430 GWh, refletindo um aumento de 2,2% em relação ao 2T21, acompanhando o crescimento de novos consumidores. No acumulado do ano, a venda de energia manteve-se estável em comparação ao mesmo período no ano passado, totalizando 20.712 GWh (20.559 GWh no 6M21).

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Mercado Cativo	7.179	7.245	-0,9%	7.135	0,6%	14.315	14.539	-1,5%
Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Residencial	4.099	4.207	-2,6%	4.075	0,6%	8.174	8.392	-2,6%
Industrial	526	561	-6,2%	487	8,0%	1.013	1.082	-6,4%
Comercial	2.054	1.928	6,6%	2.081	-1,3%	4.135	3.996	3,5%
Rural	8	8	3,3%	8	4,7%	16	15	7,7%
Sector Público	492	541	-9,1%	484	1,6%	976	1.054	-7,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.179	7.245	-0,9%	7.135	0,6%	14.315	14.539	-1,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Residencial	572	597	-4,2%	571	0,3%	1.141	1.191	-4,2%
Industrial	21.718	22.501	-3,5%	19.700	10,2%	41.824	43.398	-3,6%
Comercial	5.110	4.794	6,6%	5.131	-0,4%	10.285	9.937	3,5%
Rural	15.329	13.913	10,2%	14.196	8,0%	29.973	26.087	14,9%
Sector Público	25.493	27.759	-8,2%	24.795	2,8%	50.595	54.082	-6,4%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	944	967	-2,4%	940	0,4%	1.882	1.941	-3,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O mercado cativo totalizou 7.179 GWh no 2T22, praticamente em linha com o volume registrado no 2T21 (7.245 GWh). No acumulado do ano, o mercado cativo totalizou 14.315 GWh, representando uma queda de 1,5% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de temperaturas mais baixas registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

A classe residencial apresentou tanto no trimestre quanto no acumulado do ano, uma redução de 2,6% quando comparado aos mesmos períodos no ano anterior, justificado principalmente pelo retorno ao trabalho com o fim das medidas mais restritivas de combate ao Covid-19.

Já na classe industrial, a redução de 6,2% no 2T22 é resultado do cenário macroeconômico nacional que se tem demonstrado desafiador, com juros crescentes e dificuldades na cadeia de produção, principalmente automotiva, além do efeito da migração destes clientes para o mercado livre. No acumulado do ano, observou-se redução em comparação ao ano anterior no mesmo patamar registrado no trimestre.

Em contrapartida, a classe comercial registrou uma melhora de 6,6% e 3,5% no trimestre e no acumulado do ano respectivamente, em decorrência da reabertura dos estabelecimentos e retomada das atividades fora de casa.

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 3.251 GWh no 2T22, um aumento de 9,9% quando comparado ao 2T21, justificado pela retomada da economia e pela migração de clientes do mercado cativo. Já no ano acumulado do ano, o aumento registrado foi de 6,3% versus o 6M21, totalizando 6.398 GWh.

¹ Não Inclui Consumo Próprio

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Industrial	1.437	1.388	3,5%	1.337	7,5%	2.774	2.770	0,1%
Comercial	1.397	1.168	19,6%	1.406	-0,6%	2.803	2.438	15,0%
Setor Público	417	402	3,6%	404	3,1%	821	812	1,1%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (MWh/CONSUMIDOR)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. %
Industrial	2.132	2.313	-7,8%	2.313	-7,8%	4.115	4.617	-10,9%
Comercial	646	613	5,4%	613	5,3%	1.295	1.279	1,3%
Setor Público (3)	7.715	7.731	-0,2%	6.814	13,2%	15.197	15.615	-2,7%
Média - Transporte per Capita para Clientes Livres	1.121	1.020	9,9%	1.153	-2,7%	2.207	2.077	6,3%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Compra de Energia

FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Itaipu	1.872	1.932	-3,1%	1.845	1,5%	3.717	3.847	-3,4%
Leilão (3)	6.699	6.708	-0,1%	6.903	-3,0%	13.602	13.754	-1,1%
Angra 1 e 2	351	369	-4,9%	347	1,1%	698	733	-4,9%
Próxima	163	182	-10,4%	154	6,1%	316	338	-6,5%
Total - Compra de Energia	9.085	9.191	-1,2%	9.248	-1,8%	18.333	18.673	-1,8%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Energia Consumida (GWh)	10.430	10.203	2,2%	10.282	1,4%	20.712	20.559	0,7%
Residencial	4.099	4.207	-2,6%	4.075	0,6%	8.174	8.392	-2,6%
Industrial	526	561	-6,2%	487	8,0%	1.013	1.082	-6,4%
Comercial	2.054	1.928	6,6%	2.081	-1,3%	4.135	3.996	3,5%
Rural	8	8	3,3%	8	4,7%	16	15	7,7%
Setor público	492	541	-9,1%	484	1,6%	976	1.054	-7,4%
Clientes Livres	3.251	2.958	9,9%	3.147	3,3%	6.398	6.020	6,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	900	1.110	-19,0%	1.579	-43,0%	2.478	2.375	4,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	7,87%	10,01%	-2,1 p.p.	13,21%	-5,3 p.p.	10,60%	10,33%	0,3 p.p.

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	6,77	7,25	-6,6%	6,72	0,7%	6,77	7,25	-6,6%
FEC - vezes (12 meses)	3,49	3,86	-9,6%	3,49	-0,1%	3,49	3,86	-9,6%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.	10,50%	0 p.p.	10,51%	10,90%	-0,4 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.	100,09%	-0,8 p.p.	99,28%	100,07%	-0,8 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	611	301	102,9%	610	0,2%	1.213	606	>100,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	446	221	101,6%	451	-1,1%	446	221	101,9%
PMSO (3) / Consumidor	79,0	60,3	31,7%	75,1	5,3%	154,0	151,6	1,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	17.078	33.946	-49,7%	16.848	1,4%	17.078	33.946	-49,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Qualidade do Fornecimento



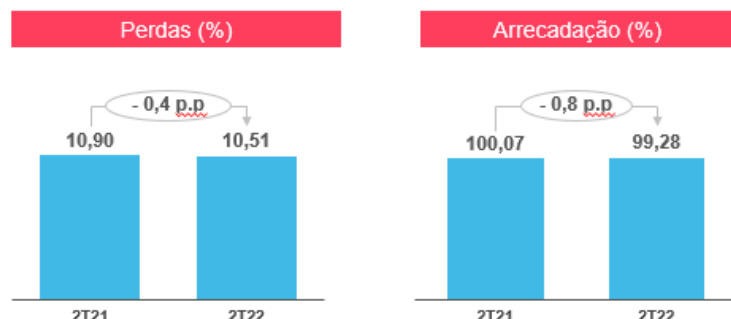
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – 12 meses) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 2T22, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 6,6% e 9,6% respectivamente em relação ao 2T21.

Embora esses indicadores tenham sido fortemente impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, o 1T22 já refletiu os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas. Adicionalmente, a Companhia incrementou os recursos de atendimento emergencial com equipes adicionais para suprir a redução das equipes de campo. Apesar disso, destaca-se que os indicadores

de qualidade da Companhia encontram-se abaixo da meta regulatória estipulada pela ANEEL considerando os últimos doze meses até junho de 2022.

Disciplina de Mercado (Perdas)²



O percentual de perdas é a taxa obtida através da divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes, pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses.

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,51%³, sendo divididas entre perdas técnicas (5,02%) e não técnicas (5,48%). Em comparação ao 2T21,

as perdas totais apresentaram uma redução de 0,4 p.p. devido as ações do plano de perdas para controlarem o impacto decorrentes do Covid-19.

Um dos principais motivos de não haver uma redução maior de perdas é decorrente a um cenário pós pandemia do Covid-19, onde houve uma mudança do mix de carga da área de concessão da Companhia com migração do consumo nas categorias de consumidores com perdas não técnicas mínimas ou nulas (clientes livres, alta e média tensão) para consumidores de baixa tensão, especificamente clientes residenciais, onde a perda não técnica apresenta níveis mais elevados.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. No 2T22 houve um incremento do 111% no número total de inspeções em comparação ao 2T21. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular. O incremento de instalações Cortadas/Autoreligadas que foram recuperadas em 2T22 é 56% acima do realizado em 2T21. (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. No 2T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 62% em relação ao realizado em 2T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público. (iv) Redução de perdas administrativas: o objetivo dessa iniciativa é identificar as oportunidades nos processos do ciclo comercial que geram perdas de faturamento. Em 2T22 o número de perdas administrativas corrigidas aumentou em 2% em relação ao realizado em 2T21.

Arrecadação

O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,28% no 2T22 contra 100,07% no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 0,8 p.p, devido a uma redução de pagamentos administrativos no período, além da maior base de comparação em 2021, onde tivemos um maior nível de arrecadação com o restabelecimento do corte de energia. Vale destacar que a Companhia mantém ações recorrentes voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

² Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

³ Nota: A partir do 4T21, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões da Aneel, retroagindo seu efeito a partir de dezembro de 2020.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%
Deduções à Receita Operacional	(2.920.596)	(2.355.521)	24,0%	(3.828.373)	-23,7%	(6.748.969)	(4.684.157)	44,1%
Receita Operacional Líquida	4.294.149	4.311.189	-0,4%	4.567.263	-6,0%	8.861.412	8.643.642	2,5%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.031.837)	(3.276.008)	-7,5%	(3.260.933)	-7,0%	(6.292.770)	(6.746.127)	-6,7%
EBITDA	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%
Margem EBITDA	18,8%	15,6%	3,2 p.p.	22,0%	-3,2 p.p.	20,5%	14,6%	5,9 p.p.
EBIT	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
Margem EBIT	14,4%	11,9%	2,5 p.p.	18,1%	-3,7 p.p.	16,3%	10,8%	5,5 p.p.
Resultado Financeiro	(266.827)	(192.325)	38,7%	(331.441)	-19,5%	(598.268)	(407.362)	46,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(86.572)	(108.656)	-20,3%	(167.318)	-48,3%	(253.890)	(180.644)	40,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
Margem Líquida	6,2%	4,9%	1,3 p.p.	7,2%	-1 p.p.	6,7%	4,0%	2,7 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,9%	5,3%	1,6 p.p.	7,7%	-0,8 p.p.	7,3%	4,3%	3 p.p.
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	1,34	1,06	>100,0%	1,66	-0,19	3,00	1,76	50,0%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	3.180.193	2.605.522	22,1%	3.888.563	-18,2%	7.068.756	5.150.325	37,2%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	556.613	517.944	7,5%	538.845	3,3%	1.095.458	1.033.350	6,0%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.531.603	2.381.029	6,3%	2.517.567	0,6%	5.049.170	4.789.221	5,4%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(21.316)	(15.700)	35,8%	(20.962)	1,7%	(42.278)	(40.930)	3,3%
Receita de Construção	453.948	362.624	25,2%	301.681	50,5%	755.629	639.699	18,1%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	(184.803)	105.899	<-100,0%	195.838	<-100,0%	11.035	313.436	-96,5%
Total - Outras Receitas Originadas com Clientes	3.336.045	3.351.796	-0,5%	3.532.969	-5,6%	6.869.014	6.734.776	2,0%
Subvenção de Recursos da CDE	123.763	128.206	-3,5%	134.355	-7,9%	258.118	250.946	2,9%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	385.712	485.310	-20,5%	690.347	-44,1%	1.076.059	988.094	8,9%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	189.032	95.876	97,2%	149.402	26,5%	338.434	203.658	66,2%
Total - Outras Receitas	698.507	709.392	-1,5%	974.104	-28,3%	1.672.611	1.442.698	15,9%
Total - Receita Operacional Bruta	7.214.745	6.666.710	8,2%	8.395.636	-14,1%	15.610.381	13.327.799	17,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 7,2 bilhões no 2T22, um aumento de 8,2% comparado ao 2T21. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, no 2T22, alcançou o montante de R\$ 6,8 bilhões, um aumento de R\$ 456,7 milhões em relação ao 2T21, cujo montante foi de R\$ 6,3 bilhões. Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 574,7 milhões devido ao: (i) aumento do consumo de energia no período, (ii) implementação da bandeira de escassez hídrica, que esteve vigente desde o final de agosto de 2021 até meados de abril de 2022 e (iii) o reajuste tarifário de 2021 vigente desde julho de 2021;
- Aumento de R\$ 189,2 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do reajuste tarifário de 2021 de 9,44%;
- Aumento da rubrica de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 93,2 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período.

Parcialmente compensados por:

- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 290,7 milhões, devido, ao impacto negativo do aumento de fornecimento não faturado, relacionado a redução de pagamentos administrativos no período e à redução na liquidação de energia na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) em razão de menor volume de sobras de energia e menor PLD no 2T22 comparado ao mesmo período no ano anterior;
- Redução do ativo financeiro setorial líquido, no valor de R\$ 99,6 milhões, devido, principalmente à menor constituição de ativo regulatório no período em razão da melhora do cenário hidrológico no país, reduzindo custos e encargos do setor.

No acumulado do ano, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação positiva de 17,1%, ou R\$ 2,3 bilhões, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 15,6 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, alcançou o montante de R\$ 14,9 bilhões, um aumento de R\$ 2,2 bilhões em relação ao 6M21, cujo montante foi de R\$ 12,7 bilhões.

Este aumento é resultado, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento na rubrica de Fornecimento de energia em R\$ 1,9 bilhão devido a: (i) implementação da bandeira de escassez hídrica, que esteve vigente desde o final de agosto de 2021 até meados de abril de 2022 e (ii) o reajuste tarifário de 2021 vigente desde julho de 2021;
- Aumento de R\$ 322,1 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo e livre, decorrentes do reajuste tarifário em 2021 de 9,44%;
- Maior ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 88,0 bilhões, devido, principalmente à maior constituição de ativo regulatório no período;
- Aumento de atualização do Ativo Financeiro da Concessão em R\$ 134,8 milhões, referente a atualização da base do ativo indenizável refletindo a variação do IPCA no período.

Parcialmente compensados por:

- Redução na rubrica de Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes, na ordem de R\$ 302,4 milhões, reflexo do impacto negativo do aumento de fornecimento não faturado, relacionado a redução de pagamentos administrativos no período e da redução na liquidação de energia na Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) em razão de menor volume de sobras de energia e menor PLD no 6M22 comparado ao mesmo período no ano anterior.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
ICMS	(1.174.233)	(1.043.040)	12,6%	(1.298.786)	-9,6%	(2.473.019)	(2.075.549)	19,2%
PIS	(160.673)	(79.849)	101,2%	(94.934)	69,2%	(255.607)	(163.970)	55,9%
COFINS	(423.882)	(368.070)	15,2%	(437.824)	-3,2%	(861.706)	(755.601)	14,0%
ISS	(91)	(37)	145,9%	(90)	1,1%	(181)	(73)	147,9%
Total - Tributos	(1.758.879)	(1.490.996)	18,0%	(1.831.634)	-4,0%	(3.590.513)	(2.995.193)	19,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(36.198)	(38.239)	-5,3%	(40.927)	-11,6%	(77.125)	(77.537)	-0,5%
Encargo Setorial CDE (3)	(929.643)	(529.162)	75,7%	(948.578)	-2,0%	(1.878.221)	(1.183.040)	58,8%
TFSEE (4)	(7.086)	(4.977)	42,4%	(7.087)	0,0%	(14.173)	(9.954)	42,4%
Encargos do consumidor - PROINFA	(30.908)	(23.076)	33,9%	(30.173)	2,4%	(61.081)	(48.941)	24,8%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(157.882)	(269.071)	-41,3%	(969.974)	-83,7%	(1.127.856)	(369.492)	>100,0%
Total - Encargos Setoriais	(1.161.717)	(864.525)	34,4%	(1.996.739)	-4,0%	(3.158.456)	(1.688.964)	87,0%
Total - Deduções da Receita	(2.920.596)	(2.355.521)	24,0%	(3.828.373)	-23,7%	(6.748.969)	(4.684.157)	44,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Conta de Desenvolvimento Energético
(4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2,9 bilhões no 2T22, um incremento de 24,0%, ou R\$ 565,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- Aumento de 18,0%, R\$ 267,9 milhões no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 131,2 milhões e R\$ 136,6 milhões, respectivamente;
- Aumento de R\$ 297,2 milhões em encargos setoriais, sendo R\$ 400,5 milhões relacionados ao encargo setorial CDE em função do pagamento do empréstimo relacionado a conta covid contraído em 2020, compensado parcialmente por uma redução nos encargos do consumidor – CCRBT, na ordem de R\$ 111,2 milhões, relacionado com as bandeiras tarifárias, cuja redução deve-se ao fim da vigência da bandeira de escassez hídrica em abril de 2022.

No acumulado do ano, as deduções da receita totalizaram R\$ 6,7 bilhões, contra R\$ 4,7 bilhões no 6M21, representando um aumento de 44,1% ou R\$ 2,1 bilhões, atribuído aos seguintes fatores:

- Aumento de 19,9% (R\$ 595,3 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 397,5 milhões e R\$ 197,7 milhões, respectivamente;

- Aumento de R\$ 1,5 bilhão nos encargos setoriais ou 87,0%, principalmente nas linhas de encargo setorial CDE e Encargos do consumidor – CCRBT, com aumentos de R\$ 695,2 milhões e R\$ 758,4 milhões, respectivamente.

Custos e Despesas operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.929.317)	(2.202.806)	-12,4%	(1.806.496)	6,8%	(3.735.813)	(4.280.941)	-12,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(541.310)	(650.531)	-16,8%	(916.144)	-40,9%	(1.457.454)	(1.384.161)	5,3%
Total - Não Gerenciáveis	(2.470.627)	(2.853.337)	-13,4%	(2.722.640)	-9,3%	(5.193.267)	(5.665.102)	-8,3%
Despesas Operacionais								
Pessoal	(141.460)	(134.430)	5,2%	(137.197)	3,1%	(278.657)	(402.176)	-30,7%
Previdência Privada	(1.526)	(1.537)	-0,7%	(1.534)	-0,5%	(3.060)	(3.125)	-2,1%
Serviços de Terceiros	(243.121)	(205.570)	18,3%	(250.972)	-3,1%	(494.093)	(433.191)	14,1%
Material	(15.766)	(15.350)	2,7%	(3.920)	302,2%	(19.686)	(28.821)	-31,7%
Depreciação e Amortização	(189.904)	(161.370)	17,7%	(178.722)	6,3%	(368.626)	(323.067)	14,1%
PECLD (3)	(109.733)	24.819	<-100,0%	(69.406)	58,1%	(179.139)	(23.086)	>100,0%
Custo de Construção	(453.948)	(362.624)	25,2%	(301.681)	50,5%	(755.629)	(639.699)	18,1%
Provisão para processos judiciais e outros	(16.931)	(14.212)	19,1%	(22.109)	-23,4%	(39.040)	(27.127)	43,9%
Perda de recebíveis de clientes	(36.874)	(68.742)	-46,4%	(49.005)	-24,8%	(85.879)	(131.545)	-34,7%
Receita de multas por impontualidade de clientes	41.301	30.783	34,2%	33.871	21,9%	75.172	58.068	29,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.100)	(38.432)	-3,5%	(38.021)	-2,4%	(75.121)	(90.022)	-16,6%
Total - Despesas Operacionais (4)	(561.210)	(422.671)	32,8%	(538.293)	4,3%	(1.099.503)	(1.081.025)	1,7%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)	(3.031.837)	(3.276.008)	-7,5%	(3.260.933)	-7,0%	(6.292.770)	(6.746.127)	-6,7%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação, amortização e custo de construção, totalizaram R\$ 3,0 bilhões no 2T22, uma queda de R\$ 244,2 milhões em comparação com o 2T21. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Os custos não gerenciáveis (Parcela A) totalizaram R\$ 2,5 bilhões no 2T22, representando uma queda de 13,4% em comparação ao 2T21 (R\$ 2,9 bilhões), justificado principalmente: pela redução na linha de energia comprada para revenda no valor de R\$ 273,5 milhões, em razão da redução de custos com energia comprada de Itaipu, resultado da depreciação do dólar no 2T22 versus 2T21; bem como redução de R\$ 109,2 milhões na rubrica de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

Por outro lado, o grupo de despesas operacionais (custos gerenciáveis) apresentou um aumento de R\$ 138,5 milhões no 2T22 em comparação ao 2T21, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Aumento de R\$ 134,6 milhões em perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) explicado pela crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia e aumento da taxa de juros SELIC;
- Aumento de R\$ 37,6 milhões com serviços de terceiros em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, terceirização dos leituristas além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência;
- Redução de R\$ 31,9 milhões relacionado à Perda de Recebíveis de Clientes refletindo parcialmente os esforços da Companhia para reduzir os níveis de inadimplência.

No acumulado do ano, os custos do serviço e despesas operacionais, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 6,3 bilhões, uma redução de R\$ 453,3 milhões em comparação com os 6M21. Tal efeito é resultado principalmente, das seguintes variações:

- Redução dos custos não-gerenciáveis em R\$ 471,8 milhões, que totalizaram R\$ 5,2 bilhões, resultado 8,3% inferior ao registrado nos seis meses de 2021 em virtude dos menores custos com energia comprada para revenda, resultado da depreciação do dólar no 2T22 versus 2T21;
- Aumento dos custos gerenciáveis em R\$ 18,5 milhões, que totalizaram R\$ 1,1 bilhão, resultado 1,7% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, basicamente pelas mesmas razões explicadas no trimestre, além da redução na rubrica de despesa com pessoal no valor de R\$ 123,5 milhões como reflexo da estratégia da Companhia na digitalização, eficiência dos processos e maior capitalização de mão de obra própria.

EBITDA

O EBITDA da Enel São Paulo no 2T22 atingiu o montante de R\$ 808,4 milhões, o que representa um aumento de R\$ 135,8 milhões em relação ao 2T21. A margem EBITDA da Companhia no trimestre foi de 18,8%, um aumento de 3,2 p.p. em relação ao 2T21. Tal efeito é resultado da maior receita operacional registrada no período associada a menores custos e despesas operacionais, conforme explicado anteriormente.

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 1,8 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 555,2 milhões em relação ao mesmo período de 2021. A margem EBITDA da Companhia no 6M22 foi de 20,5%, com um aumento de 5,9 p.p. em relação ao 6M21. Assim como no trimestre, esse aumento também é atribuído a melhora da receita operacional e redução de custos e despesas operacionais.

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	265.061	210.206	26,1%	327.168	-19,0%	592.229	346.743	70,8%
(+) Tributos sobre o Lucro	86.572	108.656	-20,3%	167.318	-48,3%	253.890	180.644	40,5%
(+) Resultado Financeiro	266.827	192.325	38,7%	331.441	-19,5%	598.268	407.362	46,9%
(=) EBIT	618.460	511.187	21,0%	825.927	-25,1%	1.444.387	934.749	54,5%
(+) Depreciações e Amortizações	189.904	161.370	17,7%	178.722	6,3%	368.626	323.067	14,1%
(=) EBITDA	808.364	672.557	20,2%	1.004.649	-19,5%	1.813.013	1.257.816	44,1%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Renda de Aplicações Financeiras	17.428	4.403	295,8%	9.982	74,6%	27.410	7.666	257,6%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	25.278	45.797	-44,8%	20.555	23,0%	45.833	96.670	-52,6%
Subvenções governamentais	466	661	-29,5%	511	-8,8%	977	1.360	-28,2%
Atualização de Créditos Tributários	238	186	28,0%	663	-64,1%	901	272	>100,0%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	18.945	5.519	>100,0%	16.035	18,1%	34.980	10.201	57,2%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	191.438	16.648	>100,0%	51.699	>100,0%	243.137	18.315	>100,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	21.061	28.593	-26,3%	17.146	22,8%	38.207	52.732	-67,5%
Ajuste MTM Dívida	48.737	10.502	>100,0%	13.860	>100,0%	62.597	61.655	-77,5%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	2.333	120	>100,0%	1.556	49,9%	3.889	338	>100,0%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	2.660	9.456	-71,9%	5.686	-53,2%	8.346	15.866	-64,2%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(3.478)	(3.149)	10,4%	(2.918)	19,2%	(6.396)	(6.228)	2,7%
Total - Receitas Financeiras	325.106	118.736	>100,0%	134.775	141,2%	459.881	258.847	77,7%
Despesas Financeiras								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(152.361)	(49.377)	208,8%	(128.991)	18,1%	(281.352)	(91.327)	208,1%
Variação monetária + Ajuste MTM - Dívida	(67.725)	(73.505)	-21,5%	(39.833)	44,9%	(97.558)	(151.123)	-35,4%
Instrumentos Financeiros de hedge	(140.047)	(20.346)	>100,0%	(53.857)	>100,0%	(193.904)	(79.030)	>100,0%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(2.448)	(4.221)	-42,0%	(3.475)	-29,6%	(5.923)	(8.570)	-30,9%
Subvenções governamentais	(466)	(662)	-29,6%	(511)	-8,8%	(977)	(1.361)	-28,2%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(7.092)	(2.957)	>100,0%	(6.041)	17,4%	(13.133)	(5.164)	>100,0%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	(170)	4.716	<-100,0%	10.256	<-100,0%	10.086	5.788	74,3%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(21.683)	(7.538)	>100,0%	(10.092)	>100,0%	(31.775)	(15.357)	>100,0%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(36.787)	(16.379)	>100,0%	(28.205)	30,4%	(64.992)	(38.273)	69,8%
Atualização Acordo Eletrobras	(21.182)	(9.989)	>100,0%	(19.770)	7,1%	(40.952)	(17.652)	>100,0%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(148.488)	(117.182)	26,7%	(148.487)	0,0%	(296.975)	(234.364)	26,7%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(752)	(1.079)	-30,3%	(730)	3,0%	(1.482)	(2.140)	-30,7%
Outras Despesas Financeiras	(4.174)	(13.834)	-69,8%	(37.496)	-88,9%	(41.670)	(28.609)	45,7%
Total - Despesas Financeiras	(593.375)	(312.353)	90,0%	(467.232)	27,0%	(1.060.607)	(667.182)	59,0%
Variações Cambiais	1.442	1.292	11,6%	1.016	41,9%	2.458	973	>100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	(162.119)	164.806	<-100,0%	282.698	<-100,0%	120.579	66.232	82,1%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	162.113	(164.821)	<-100,0%	(282.697)	<-100,0%	(120.584)	(66.246)	82,0%
Outras Variações Cambiais	1.448	1.307	10,8%	1.015	42,7%	2.463	987	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(266.827)	(192.325)	38,7%	(331.441)	-19,5%	(598.268)	(407.362)	46,9%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 2T22 com uma despesa de R\$ 266,8 milhões, um aumento de R\$ 74,5 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento líquido de R\$ 176,2 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debêntures, empréstimos e mútuos, variação monetária + ajuste MTM dívida) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T22 comparado ao 2T21, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de receita no valor de R\$ 174,7 milhões na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

No acumulado do ano, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 598,3 milhões, um aumento de R\$ 190,9 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida de R\$ 264,9 milhões nas rubricas de dívida (Instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívida – debêntures, empréstimos e mútuos, variação

monetária + ajuste MTM dívida) devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em 8,46% (11,32% em 6M22 x 2,64% em 6M21), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;

- (ii) Redução de R\$ 50,8 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso, no 2T22 versus 2T21;
- (iii) Aumento de despesa de R\$ 62,6 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego;
- (iv) Aumento de despesa de R\$ 26,7 milhões na rubrica de atualização monetária de processos judiciais e outros devido ao aumento do valor provisionado em 6M22 versus o mesmo período no ano passado;
- (v) Aumento de despesa de R\$ 23,3 milhões na rubrica de atualização acordo Eletrobras devido ao pagamento da 4ª parcela em junho de 2022 referente ao acordo firmado com a Eletrobras;

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita (R\$ 224,8 milhões) na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

Tributos (IR/CSLL)

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4	(25.054)	<-100,0%	(103.246)	<-100,0%	(103.242)	(33.013)	>100,0%
Contribuição Social Diferida	(22.905)	(22.129)	3,5%	(16.960)	35,1%	(39.865)	(39.079)	2,0%
Imposto de Renda Diferido	(63.671)	(61.473)	3,6%	(47.112)	35,1%	(110.783)	(108.552)	2,1%
Total	(86.572)	(108.656)	-20,3%	(167.318)	-48,3%	(253.890)	(180.644)	40,5%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 | (2) Variação entre 6M22 e 6M21

No 2T22, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 86,6 milhões, uma redução de R\$ 22,1 milhões em relação ao 2T21, explicado pela exclusão na base de cálculo do montante de R\$ 100,0 milhões relacionado aos juros sobre capital próprios aprovados pelo Conselho da Companhia em junho de 2022.

No acumulado do ano, as despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de atingiram R\$ 253,9 milhões, alta de R\$ 73,3 milhões, ou alta de 40,5% frente ao mesmo período do ano anterior explicado principalmente pelo maior lucro tributável apurado no período.

Endividamento

Indicadores de Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.827.885	5.962.245	31,29%	7.622.255	2,70%	7.827.885	5.962.245	31%
(-) Disponibilidades	(974.855)	(975.291)	-0,04%	(1.364.640)	-28,56%	(974.855)	(975.291)	0%
Dívida Líquida	6.853.030	4.986.954	37,42%	6.257.615	9,52%	6.853.030	4.986.954	37%
EBITDA (3)	3.680.254	3.191.339	15,32%	3.544.447	3,83%	3.680.254	3.191.339	15%
Dívida Bruta/EBITDA	2,13	1,87	13,85%	2,15	-1,09%	2,13	1,87	13,85%
Dívida Líquida/EBITDA	1,86	1,56	19,16%	1,77	5,47%	1,86	1,56	19,16%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,82	0,66	24,27%	0,74	10,65%	0,82	0,66	24,27%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,80	0,62	29,23%	0,70	13,98%	0,80	0,62	29,23%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22; Variação entre 6M22 e 6M21; (3) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta⁴ da Companhia encerrou o 2T22 em R\$ 7.827 milhões, um aumento de R\$ 1.866 milhões em relação ao 2T21. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 3.257 milhões, sendo R\$ 900 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 1.375 milhões referentes a emissão da 26ª e 27ª emissão de debêntures, R\$ 325 milhões referentes à 7ª emissão de notas promissórias e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, somados às provisões de encargos de R\$ 656 milhões e variação monetária

⁴ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

no período no montante de R\$ 57 mil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de (R\$ 2.193) milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 169 milhões e registrou custos de transação das operações vigentes, líquido das apropriações do período, no montante de (R\$ 22 milhões).

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se as liquidações de operações na modalidade de 4131 com SWAP com o banco Citibank realizada em outubro/2021 no montante de R\$ 323 milhões; a liquidação da 1ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 704 milhões realizada em setembro/2021; e a liquidação dos mútuos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 657 milhões realizada em maio e junho de 2022. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª, 24ª, 25ª e 26ª) no montante de R\$ 189 milhões.

A Companhia encerrou o 2T22 com o custo médio da dívida no ano em 12,60% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de junho de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e por meio do Despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 2T22, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de junho de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª) e na 7ª emissão de notas promissórias.

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	2T22
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	7.827.885
Fundo de Pensão	(637.662)
(-) Disponibilidades	(974.855)
Dívida Líquida	6.215.368
EBITDA (1) (12 meses)	3.680.254
(+)PDD	783.160
(+)Contingências	69.403
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	6.571
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	16.409
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Emissão	4.555.797
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(22.298)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(16.409)
EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão	4.517.090

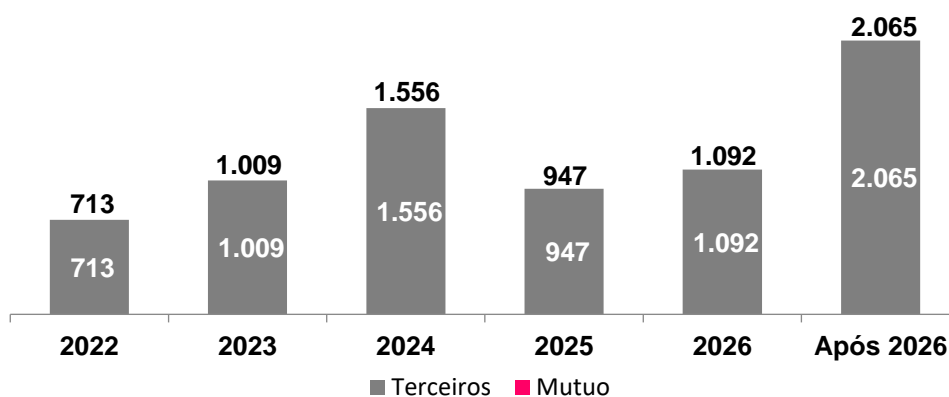
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

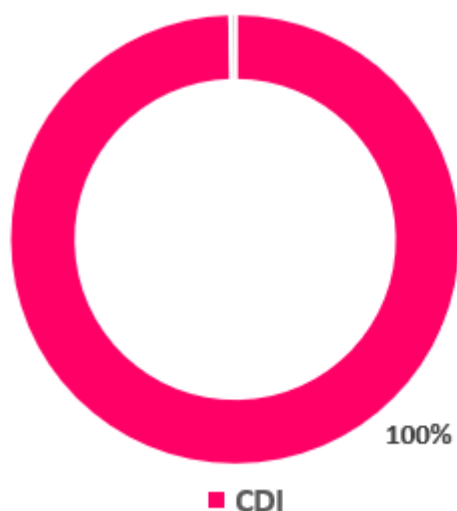
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª, 25ª, 26ª e 27ª Debênture e 7ª NP	1,36
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,38

Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁵

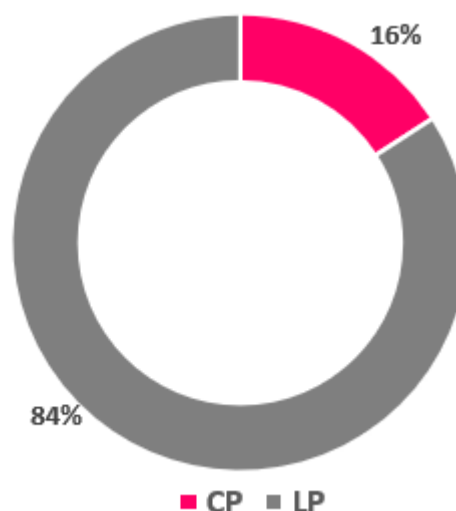
⁵ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.



Abertura da Dívida Bruta – Indexadores⁶



Abertura da Dívida Bruta– Curto/Longo Prazo⁷



Classificação de Riscos (Rating)⁸

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Rating da Companhia⁸

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch Set/2021 – Moody's Set/2020

⁶ Não considera previdência..

⁷ Não considera previdência..

⁸ Quadro considera ratings válidos em 31 de março de 2022

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2T22	2T21	Var. %	1T22	Var. % (1)	6M22	6M21	Var. % (2)
Manutenção	213.151	180.111	18,3%	202.373	5,3%	415.523	313.830	32,4%
Crescimento	122.227	112.374	8,8%	66.658	83,4%	188.885	182.435	3,5%
Novas Conexões	110.775	61.180	81,1%	72.234	53,4%	183.010	105.129	74,1%
Financiado pela Companhia	446.153	353.665	26,2%	341.265	30,7%	787.418	601.394	30,9%
Financiado pelo Cliente	14.842	10.726	38,4%	15.291	-2,9%	30.132	16.038	87,9%
Total	460.994	364.391	26,5%	356.555	29,3%	817.550	617.432	32,4%

(1) Variação entre 2T22 e 1T22 (2) Variação entre 6M22 e 6M21

No 2T22, a Companhia investiu R\$ 461,0 milhões, montante 26,5% superior ao registrado no 2T21, alocados, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências, crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema e novas conexões.

Do total investido, R\$ 446,1 milhões foram realizados com recursos próprios, dos quais quase 50% correspondem à investimentos em manutenção visando a melhoria da qualidade do sistema. Comparando com o mesmo período do ano passado, destaca-se o crescimento de 81,1% dos investimentos em novas conexões, a fim de atender o crescimento vegetativo na área de concessão da Enel São Paulo.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 817,5 milhões, montante 32,4% superior ao investido no mesmo período do ano anterior. A maior variação foi observada no investimento em novas conexões, em um montante 74,1% superior ao registrado no 6M21. Do total investido, R\$ 787,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 30,1 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 28 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2022.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	5,63%
Energia Comprada	2,04%
Encargos de Transmissão	2,03%
Parcela A	9,69%
Parcela B	3,76%
Reajuste Econômico	13,45%
CVA Total	8,74%
Conta Escassez Hídrica	-2,82%
Excedente do fundo de Itaipu	-1,26%
Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	0,87%
Reajuste Financeiro	-3,17%
Reajuste Total	10,28%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	1,76%

Efeito para o consumidor	12,04%
--------------------------	--------

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 13,9%, representando 9,69% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 4.663 milhões. Um aumento de 28,8%, representando 5,63% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 106,5% do encargo de Serviço do Sistema (ESS); Energia Comprada: R\$ 7.881 milhões. O aumento de 5% decorre principalmente do aumento dos custos dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 2,04% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.160 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 21%, correspondendo a um efeito de 2,03% no reajuste econômico. Destaca-se as novas Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de transmissão.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 12,4%, representando uma participação de 3,76% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 10,75%, no período de 12 meses findos em junho de 2022; e
- Fator X de -1,66%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica ("5RTP") para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,35%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante de -R\$ 592,4 milhões, dentre os quais destacamos R\$ 1.631 milhões positivos referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), sobrecontratação de -R\$ 4,1 milhões e Previsão de Risco Hidrológico de R\$ 654,5 milhões. Por fim, vale destacar que foi considerado um financeiro negativo relativo à Conta Escassez Hídrica de -R\$ 526,1 milhões, um valor de Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de -R\$ 1.625 milhões e um excedente do fundo de Itaipu de -R\$ 235,2 milhões.

O reajuste tarifário médio de +12,04% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	18,03%
Baixa Tensão	10,15%
Efeito Médio	12,04%

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A Resolução nº 952/2021 definiu a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 14.513, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da “Conta Escassez Hídrica”, sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Conta Covid

Em 23 de junho de 2020, a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta Covid (Resolução Normativa nº885/2020). Tal regulamento estabelece os critérios do empréstimo de um conjunto de banco às distribuidoras, com o objetivo de garantir o fluxo de caixa das empresas neste período de pandemia e evitar reajustes tarifários elevados.

Para a Enel SP, o referido empréstimo é positivo, pois garante liquidez para o setor e alivia o impacto tarifário de 2020, pois os efeitos serão diluídos em 60 meses.

Em 19 de agosto, a ANEEL abriu a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/20, com o objetivo de regulamentar o Art 6º do Decreto 10.350/20, que trata da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de distribuição, com prazo de contribuição até 05/10.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de

fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também discutiu a gradação do benefício do referido empréstimo, para alocação do spread bancário entre os consumidores e os distribuidores de energia elétrica, e a exposição involuntária devido à pandemia.

Em 23 de novembro de 2021, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 952 com as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia.

Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020.

Ainda segundo tal regra, eventuais pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida por meio do Despacho ANEEL nº 539/2022.